

Demonstrações Financeiras

Central Eólica Volta do Rio S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
5. CONTAS A RECEBER E CONTAS A PAGAR - ELETROBRAS	18
6. TRIBUTOS A RECUPERAR	18
7. DEPÓSITOS VINCULADOS	19
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	19
9. FORNECEDORES	20
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	20
11. PROVISÕES PARA RISCOS	22
12. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	22
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
14. RECEITA	24
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	25
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	25
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	28
20. COMPROMISSOS	31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado era de R\$117.230 mil, representado por 117.230.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia incorreu em um prejuízo de R\$15.991 mil em 2020, comparado a um prejuízo de R\$19.353 mil em 2019. A necessidade de recuperação dos aerogeradores vem fazendo com que a Companhia continue apresentando prejuízos.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$36.806 mil em 2020, em comparação a R\$25.743 mil em 2019, representando um aumento de 42,97%. Na medida em que a Companhia realiza a manutenção dos seus aerogeradores, retomando gradativamente sua capacidade operacional, ela vem apresentando aumento em sua receita operacional.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$1.528 mil em 2020, comparados a R\$1.108 mil em 2019, representando um aumento de 37,91%.

Na mesma proporção em que se aumenta a receita operacional, é percebido um aumento nos tributos incidentes sobre ela, sendo estes os maiores valores no que tange às deduções da receita operacional.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$36.926 mil em 2020, em comparação a R\$33.738 mil em 2019, representando um aumento de 9,45%. Este aumento decorre, principalmente, do reconhecimento de despesas não recorrentes relacionadas a baixa de créditos tributários.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2020 correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$14.405 mil, comparada a R\$9.727 mil em 2019. A principal variação está relacionada à atualização monetária da provisão para desmobilização de ativos com um aumento de 416%. Mais informações vide nota explicativa nº 16.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2020, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.466 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2019, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.631 mil. Apesar do aumento da receita operacional e consequentemente das despesas de imposto de renda e contribuição social correntes, o efeito positivo no resultado dos tributos diferidos fez com que fosse apresentada uma redução no montante total de imposto de renda e contribuição social. Mais informações vide nota explicativa nº 17.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2020	2019	Var. %
Prejuízo líquido	(15.991)	(19.353)	(17,37)
Despesa de IR e CS	1.466	1.631	(10,12)
Resultado financeiro	14.405	9.727	48,09
Amortização e depreciação	17.610	16.190	8,77
LAJIDA	17.490	8.195	113,42

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.450	34.963
Títulos e valores mobiliários	4	3.733	-
Contas a receber	5	3.493	3.941
Tributos a recuperar	6	650	1.796
Depósitos vinculados	7	20.575	-
TOTAL DO CIRCULANTE		39.901	40.700
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	839	-
Tributos a recuperar	6	592	2.500
Tributos diferidos		92	-
Imobilizado	8	185.889	185.388
Intangível	8	1.359	21
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		188.771	187.909
ATIVO TOTAL		228.672	228.609

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	7.759	1.717
Empréstimos e financiamentos	10	16.729	117.710
Contas a pagar – Eletrobras	5	4.392	12.982
Tributos a recolher		438	218
Outros passivos		914	11
TOTAL DO CIRCULANTE		30.232	132.638
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social		-	104
Partes relacionadas	18	842	23.282
Provisão para desmobilização de ativos	12	23.607	18.604
Outros passivos		120	119
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		24.569	42.109
TOTAL DO PASSIVO		54.801	174.747
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Capital Social		117.230	117.230
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC		157.637	21.637
Prejuízos acumulados		(100.996)	(85.005)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		173.871	53.862
PASSIVO TOTAL		228.672	228.609

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(15.991)	(19.353)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(15.991)</u>	<u>(19.353)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	117.230	-	-	(65.652)	21.637	73.215
Prejuízo do exercício	-	-	-	(19.353)	-	(19.353)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	117.230	-	-	(85.005)	21.637	53.862
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	136.000	136.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(15.991)	-	(15.991)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	117.230	-	-	(100.996)	157.637	173.871

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(15.991)	(19.353)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 15)	17.610	16.190
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	7.295	9.609
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 16)	(160)	-
Tributos diferidos (Nota 17)	(196)	268
Juros sobre mútuos (Nota 16)	2.841	438
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Nota 15)	-	952
Baixa de valor residual líquido de ativos (Nota 15)	-	3.779
Baixa provisão REIDI	-	(1.233)
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível	10	-
Variação monetária - Desmobilização de ativos (Nota 16)	5.003	970
	16.412	11.620
(Aumento) Redução de ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	448	(470)
Tributos a recuperar (Nota 6)	3.054	(1.149)
Adiantamentos a fornecedores	-	77
Despesas antecipadas	-	355
Outros ativos	(104)	194
	3.398	(993)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	6.042	523
Tributos a recolher	220	109
Imposto de renda e contribuição social	415	1.666
Contas a pagar – Eletrobras (Nota 5)	(8.590)	6.431
Outros passivos	905	12
	(1.008)	8.741
Caixa gerado pelas atividades operacionais	18.802	19.368
Imposto de renda e contribuição social pagos	(311)	(1.562)
Juros pagos (Nota 10)	(832)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.659	17.806
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição ao imobilizado e ao intangível (Nota 8)	(19.460)	(1.756)
Títulos e valores mobiliários	(4.572)	-
Depósitos vinculados	(20.415)	15.433
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(44.447)	13.677
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota 10)	(107.444)	-
Mútuo – Partes relacionadas (Nota 18)	(25.281)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	136.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.275	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(23.513)	31.483
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	34.963	3.480
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	11.450	34.963
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(23.513)	31.483

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Volta do Rio S.A., localizada no município de Acaraú, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL no 660/2001, com início de sua operação comercial em setembro/2010.

Em 20 de dezembro de 2018, a Central Eólica Volta do Rio S.A. passou a ser uma subsidiária integral da Cemig GT.

A Central Eólica Volta do Rio S.A. é um empreendimento localizado em Acaraú, no estado do Ceará. O aproveitamento é de 42 MW de potência instalada distribuídos em 28 aerogeradores, utilizando aerogeradores Vensys VS-70 de 1,5 MW, com torres de 65 metros de altura. Toda sua energia é comercializada através do PROINFA.

a) Continuidade operacional

A Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de capital, liquidez e recuperar todos os aerogeradores a fim de aumentar a geração e a receita do parque eólico. A seguir estão relacionados as ações e o plano da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2020, a Central Eólica Volta do Rio S.A. estava como 19 aerogeradores em operação (já reformados) e 9 aerogeradores em processo de reforma, com previsão de totalidade da operação para o primeiro semestre de 2021.

Algumas das ações que estão em andamento para que o parque volte a operar com seus 28 aerogeradores são as seguintes:

1. Aditivo contratual, acompanhamento e medição dos serviços para a entrega dos 9 aerogeradores;
2. Continuidade do contrato de transporte, montagem dos aerogeradores a serem reformados;
3. Aquisições através de licitações de componentes críticos (IGBTs, indutores, cubículos, e outros itens), além de aquisições de outros componentes menores.

Dessa forma, o cronograma prevê o parque operando com os 28 aerogeradores reformados no primeiro semestre de 2021.

Com base nas projeções dos fluxos de caixa futuros previstos com a retomada da plena capacidade de geração de energia, a Administração entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

b) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos; e
- diferimento dos recolhimentos de tributos, conforme autorização legal.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 16 de abril de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 11 – Provisões para riscos;

- Nota 12 – Provisão para desmobilização de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. Essas alterações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros

“Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge. As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por essas alterações.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento. As demonstrações financeiras da Companhia não sofreram impactos em razão dessa alteração.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos,

definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes. Essas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados, fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com a Eletrobras.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas,

operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Contas bancárias	4.416	2.690
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	6.843	32.273
Fundos vinculados	191	-
Total	11.450	34.963

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 94% e 96% em 2020 (entre 98% e 98,2% em 2019).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2020	2019
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	607	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	2.307	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	813	-
Debêntures	6	-
	3.733	-
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	812	-
Debêntures	27	-
	839	-
Total	4.572	-

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 94% e 96% do CDI em 2020.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 99,5% e 130% do CDI em 2020.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

As Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 2020.

5. CONTAS A RECEBER E CONTAS A PAGAR - ELETROBRAS

	2020	2019
Ativo		
Venda de energia faturada	3.493	3.941
Total do ativo	3.493	3.941
Passivo		
Ajuste de energia (a)	3.105	12.982
Garantia Eletrobras (b)	1.287	-
Total do passivo	4.392	12.982

(a) O ajuste de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada para venda à Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício.

(b) Valor referente ao mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada, cujo pagamento é garantido pela Eletrobras conforme estabelecido na cláusula 14, do referido contrato do contrato de compra e venda de energia. O montante necessário para complementar a diferença positiva entre o piso e a energia gerada no período se constituirá em dívida com a Eletrobras e será liquidado pela Companhia em parcelas iguais pelos 12 meses do ano subsequente.

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 19.

	2020	2019
Energia gerada em MWh (Não auditado)	78.276	55.893
Energia faturada em MWh (Não auditado)	83.786	83.786
Ajuste de energia em MWh (Não auditado)	(5.510)	(27.893)
Ajuste de energia em R\$ mil	(3.105)	(12.982)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2020	2019
Cofins a recuperar	75	753
PIS/Pasep a recuperar	16	155
CSLL a recuperar (a)	159	772
IRRF a recuperar (a)	400	2.616
ICMS a recuperar	592	-
Total	1.242	4.296
Circulante	650	1.796
Não circulante	592	2.500
Total	1.242	4.296

(a) Referem-se a créditos oriundos de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia à Eletrobras e a créditos oriundos de retenções na fonte de aplicações financeiras.

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2020	2019
Conta reserva especial (a)	3.143	-
Conta reserva (b)	17.272	-
Atualização financeira	160	-
Total	20.575	-

Refere-se a obrigações contratuais do financiamento com a Caixa Econômica Federal, conforme discriminado abaixo:

- Conta reserva especial - precisa manter um saldo equivalente a R\$3.143, a ser constituído do segundo ao sexto mês após a entrada em operação.
- Conta reserva - precisa manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios.

Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para o contrato de vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, que previa a liberação dos recursos contidos na conta reserva e conta reserva especial, condicionada a utilização dos recursos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria (*retrofit*) dos equipamentos e a celebração de contrato de fornecimento de solução tecnológica para troca e melhoria dos equipamentos de geração de energia. Os recursos foram resgatados entre janeiro e maio de 2019. A Companhia retomou a constituição das contas reserva e reserva especial após o fim do período de 24 meses de carência.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias de deprec./amort. %	2020			2019		
		Custo	Dep./ Amort. acum.	Valor Líquido	Custo	Dep./ Amort. acum.	Valor Líquido
Intangível							
Servidão	8,33	1.470	(123)	1.347	-	-	-
Licença de uso de software	20	38	(26)	12	38	(17)	21
Total do Intangível		1.508	(149)	1.359	38	(17)	21
Imobilizado							
Móveis e utensílios	6,16	91	(63)	28	98	(62)	36
Máquinas e equipamentos (1)	5,08	339.241	(174.601)	164.640	340.722	(157.131)	183.591
Veículos	0,00	111	(111)	-	111	(111)	-
Imobilizado em curso		21.221	-	21.221	1.761	-	1.761
Total do Imobilizado		360.664	(174.775)	185.889	342.692	(157.304)	185.388
Total Imobilizado + Intangível		362.172	(174.924)	187.248	342.730	(157.321)	185.409

(1) Em 2020, a taxa média de depreciação da conta "Máquinas e equipamentos" é de 5,15% a.a. (4,74% a.a. em 2019). A vida útil estimada e os percentuais de depreciação foram revisados e adequados de forma prospectiva conforme determinado pelo item 39 do CPC 23 para refletirem o uso dos ativos imobilizados até o fim do período de autorização da Companhia. Essa revisão aumentou a despesa de depreciação em 2020, no montante de R\$700.

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2019	Adição (A)	Baixa (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições líquidas = (A)+(B)+(C)	Deprec./ Amort. acumulada	Saldo em 31/12/2020
Intangível								
Servidão	-	-	-	1.470	1.470	1.470	(123)	1.347
Licença de uso de software	38	-	-	-	38	-	(26)	12
Total do Intangível	38	-	-	1.470	1.508	1.470	(149)	1.359
Imobilizado								
Máquinas e equipamentos	340.722	-	(16)	(1.465)	339.241	(1.481)	(174.601)	164.640
Móveis e utensílios	98	-	(2)	(5)	91	(7)	(63)	28
Veículos	111	-	-	-	111	-	(111)	-
Imobilizado em curso	1.761	19.460	-	-	21.221	19.460	-	21.221
Total do Imobilizado	342.692	19.460	(18)	(1.470)	360.664	17.972	(174.775)	185.889
Imobilizado + Intangível	342.730	19.460	(18)	-	362.172	19.442	(174.924)	187.248

Em 31 de dezembro de 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

9. FORNECEDORES

	2020	2019
Suprimento e transporte de energia elétrica	300	274
Materiais e serviços	7.349	1.443
Outros	110	-
Total	7.759	1.717

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moeda	Saldo em 2020			Saldo em 2019
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA NACIONAL							
Caixa Econômica Federal (1)	Fevereiro/2022	TJLP + 2,50%	R\$	16.729	-	16.729	117.710
Total Geral				16.729	-	16.729	117.710

A composição consolidada dos empréstimos e financiamentos, por indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2021	2022	Total
Indexadores			
Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	14.338	2.391	16.729
Total Geral	14.338	2.391	16.729

O indexador utilizado para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações:

Indexador	Varição Acumulada em 2020 (%)	Varição Acumulada em 2019 (%)
TJLP	(18,31)	(20,20)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	108.101
Varição monetária	8.171
Encargos financeiros provisionados	1.438
Saldo em 31 de dezembro de 2019	117.710
Varição monetária	5.537
Encargos financeiros provisionados	1.757
Encargos financeiros pagos	(832)
Amortização	(107.444)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.729

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig GT da seguinte forma:

	2020
Recebíveis	16.729
TOTAL	16.729

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar a segurança do crédito concedido, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de cobertura do serviço da dívida*	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Permanente (durante o período de amortização)
	Patrimônio líquido/Passivo total	Manter relação mínima de 20,63%	Anual (durante o período de amortização)
	Capital social subscrito e integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,63%	Anual (durante o período de amortização)

(*) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = {Conta Reserva Especial (+) EBITDA (-) Imposto de Renda (-) Contribuição Social (+/-) Variação de Capital de Giro} / {(+) Amortização do Principal (+) Pagamento de Juros}.

Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Volta do Rio possuem *covenants* financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. O cumprimento do índice de cobertura do serviço da dívida é considerado exigível durante o período de amortização.

Em 2020, a Companhia não atendeu à cláusula restritiva que trata do índice de cobertura do serviço da dívida. Não houve decretação do vencimento antecipado do financiamento em razão do não cumprimento dessa cláusula.

Em 31 de dezembro de 2020, em atendimento ao CPC 26, a Companhia reclassificou o saldo do financiamento com a Caixa Econômica Federal que se encontrava no passivo não circulante para o passivo circulante.

11. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda seja considerada provável pelos assessores jurídicos.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Trabalhistas

A Companhia é parte de ações movidas por seus empregados, as quais versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias e benefícios diversos. Ação judicial, cujo valor de contingência era R\$25 em 31 de dezembro de 2019, foi arquivada pelo encerramento das discussões em âmbito judicial.

Cíveis

Ainda, a Companhia está envolvida em ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$72 (R\$65 em 31 de dezembro de 2019).

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$2.035 (R\$1.999 em 31 de dezembro de 2019).

12. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução ANEEL 660/2001, a Volta do Rio está autorizada a operar até dezembro de 2031. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Ativo	
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2018	2.251
Amortização em 2019	(196)
Remensuração dos custos estimados (1)	8.635
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2019	10.690
Amortização em 2020	(879)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2020	9.811

Passivo	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.999
Variação monetária em 2019	970
Remensuração dos custos estimados (1)	8.635
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.604
Variação monetária em 2020	5.003
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.607

(1) A nova estimativa dos custos de desmantelamento foi elaborada por empresa especializada de engenharia, a qual elaborou um relatório com os respectivos cálculos dos custos de remoção de toda a estrutura eletromecânica e civil do parque eólico. Em atendimento ao CPC 25, refletimos os efeitos da nova estimativa.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia era de R\$117.230, representado por 117.230.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se a recursos financeiros utilizados no pagamento de gastos da Companhia, no valor de R\$157.637.

Para pagamento de gastos da Companhia, referentes à fase de implantação do empreendimento, foram repassados pelos seus acionistas, à época, recursos financeiros no valor de R\$21.637.

Em outubro de 2019, foi autorizado um aporte pela Cemig GT para Volta do Rio, e consequente aumento de capital social no valor de R\$86.000, realizado em 2020. Esse aporte tem como o objetivo investir no reestabelecimento de todos os aerogeradores do parque de forma escalonada.

Adicionalmente, em setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Cemig GT autorizou a realização de aportes adicionais na Companhia no valor de R\$50.000, realizados e registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, em outubro de 2020.

A Companhia mantém o valor registrado como instrumento de patrimônio, em função de não haver intenção de devolução em caráter irrevogável e irretratável, bem como não existir qualquer tipo de indexação ou remuneração do montante prevista até a data de conversão.

14. RECEITA

	2020	2019
Venda de energia	38.334	26.851
Deduções à receita operacional (a)	(1.528)	(1.108)
Receita operacional líquida	<u>36.806</u>	<u>25.743</u>

(a) Deduções à receita operacional

	2020	2019
PIS/Pasep e Cofins correntes	(1.399)	(979)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(129)	(129)
Total das deduções	<u>(1.528)</u>	<u>(1.108)</u>

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Pessoal	683	-
Material	2.736	1.765
Serviços de terceiros	6.841	5.202
Amortização e depreciação	17.610	16.190
Encargos e taxas de transmissão e conexão	4.179	4.177
Baixa de valor residual líquido de ativos	-	3.779
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	952
Baixa de créditos tributários	3.213	-
Outros custos e despesas operacionais	1.664	1.673
	<u>36.926</u>	<u>33.738</u>
Custos totais	30.951	27.781
Despesa operacional	5.975	5.957
TOTAL	<u>36.926</u>	<u>33.738</u>

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	752	1.470
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	160	-
	<u>912</u>	<u>1.470</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.295)	(9.609)
Juros sobre mútuos	(2.841)	(438)
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(5.003)	(970)
Outras despesas financeiras	(178)	(180)
	<u>(15.317)</u>	<u>(11.197)</u>
Resultado financeiro	<u>(14.405)</u>	<u>(9.727)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrado abaixo:

	2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	38.334	38.334
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	3.067	4.600
Receitas financeiras sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.484	1.484
Outras receitas financeiras	1	1
Base de cálculo do Lucro Presumido	4.552	6.085
Alíquota	15%	9%
IR e CS	683	548
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	431	-
IR e CS – Total	1.114	548
Rendas de aplicações não resgatadas	(576)	(576)
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferidos	(144)	(52)
IR e CS – Despesa	970	496
Corrente	1.114	548
Diferido	(144)	(52)

	2019	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento bruto de energia elétrica	26.851	26.851
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo antes de outras receitas	2.148	3.222
Receitas financeiras sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.647	1.647
Base de cálculo do lucro presumido	3.795	4.869
Alíquota	15%	9%
IR e CS	569	438
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	356	-
IR e CS – Total	925	438
Rendas de aplicações não resgatadas	787	787
Alíquota	25%	9%
IR e CS – Diferidos	197	71
IR e CS – Despesa	1.122	509
Corrente	925	438
Diferido	197	71

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	877	-	-	-	(877)	-
Encargos de uso da rede (2)	-	-	7	-	-	-	(84)	-
Convênio de compartilhamento – O&M (3)	-	-	661	-	-	-	(661)	-
Outras partes relacionadas								
Centrais Eólicas Praias de Parajuru S.A.								
Não circulante								
Mútuo (5)	-	-	-	22.440	-	-	(2.841)	(438)
Notas de débito (4)	-	-	842	842	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Encargos de uso da rede (2)	-	-	16	-	-	-	(209)	-
TBE								
Circulante								
Encargos de uso da rede (2)	-	-	8	-	-	-	(112)	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	191	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.733	-	-	-	31	-	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	839	-	-	-	-	-	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de infraestrutura administrativa e de recursos humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Em 2020, o despacho 1.268/2020 permitiu a adesão da Companhia ao convênio. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Referem-se a encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução;
- (3) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (4) Refere-se a reembolso de pagamentos de despesas com o serviço prestado pela WEG para recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo);
- (5) Empréstimo com parte relacionada a ser utilizado no conserto dos aerogeradores. Em outubro de 2020, houve a quitação deste mútuo.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	2020	2019
Remuneração	28	-
Participação nos resultados	9	-
Previdência privada	2	-
Planos de saúde e odontológico	-	-
Total	39	-

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2020		2019	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Contas a receber de clientes	2	3.493	3.493	3.941	3.941
Títulos e valores mobiliários	2	1.532	1.532	-	-
Depósitos vinculados	2	20.575	20.575	-	-
		<u>25.600</u>	<u>25.600</u>	<u>3.941</u>	<u>3.941</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2	6.843	6.843	32.273	32.273
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	408	408	-	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	1.819	1.819	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	813	813	-	-
		<u>9.883</u>	<u>9.883</u>	<u>32.273</u>	<u>32.273</u>
		<u>35.483</u>	<u>35.483</u>	<u>36.214</u>	<u>36.214</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(7.759)	(7.759)	(1.717)	(1.717)
Partes relacionadas - Mútuo	2	-	-	(22.440)	(22.440)
Partes relacionadas - Notas de débito	2	(842)	(842)	(842)	(842)
Empréstimos e financiamentos	2	(16.729)	(16.729)	(117.710)	(117.710)
Contas a pagar – Eletrobras	2	(4.392)	(4.392)	(12.982)	(12.982)
		<u>(29.723)</u>	<u>(29.723)</u>	<u>(155.691)</u>	<u>(155.691)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras CDB	6.843	32.273
Títulos e valores mobiliários	4.572	-
Depósitos vinculados	20.575	-
	<u>31.990</u>	<u>32.273</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (TJPL + 2,5% a.a.)	(16.729)	(117.710)
Mútuo	-	(22.440)
	<u>(16.729)</u>	<u>(140.150)</u>
Ativo (Passivo) líquido exposto	<u>15.261</u>	<u>(107.877)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, a taxa SELIC será de 3,00% e a TJLP será de 4,67%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	2020	2021		
	Valor contábil	Cenário TJLP 4,6749% SELIC 3,0000%	Cenário TJLP + 25% 5,8436% SELIC + 25% 3,7500%	Cenário TJLP + 50% 7,0124% SELIC + 50% 4,5000%
Ativos				
Aplicações financeiras CDB e Fundos de investimento - SELIC	6.843	7.048	7.100	7.151
Depósitos vinculados – SELIC	20.575	21.192	21.347	21.501
Títulos e valores mobiliários – SELIC	4.572	4.709	4.743	4.778
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(16.729)	(17.511)	(17.707)	(17.902)
Ativo líquido exposto	<u>15.261</u>	<u>15.438</u>	<u>15.483</u>	<u>15.528</u>
Efeito líquido da variação das taxas de juros	<u>-</u>	<u>177</u>	<u>222</u>	<u>267</u>

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações

que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	7.759	-	-	-	-	7.759
Empréstimos e financiamentos	1.199	2.412	11.083	2.517	-	17.211
Contas a pagar - Eletrobras	366	732	3.294	-	-	4.392
	<u>9.324</u>	<u>3.144</u>	<u>14.377</u>	<u>2.517</u>	<u>-</u>	<u>29.362</u>

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobras no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco de vencimento antecipado de empréstimo e financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos da Companhia com a Caixa Econômica Federal, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

20. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento mensal
367,02	02/02/2002	14/07/2030	28 anos	2% da Receita operacional

Contrato de reparo de aerogeradores

A Companhia possui contratos de prestação de serviços, fornecimento de materiais e equipamentos necessários para recuperação dos aerogeradores do seu parque eólico, com vigência até a completa execução dos serviços, objetivando a substituição de todos os aerogeradores até maio de 2021.

21. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro, com vigência até 18 de dezembro de 2021, para cobertura de riscos operacionais, sendo:

- R\$75.000 de indenização máxima contra danos materiais;
- R\$11.289 de indenização máxima para cobertura de lucros cessantes; e,
- R\$10.000 de indenização máxima para cobertura de responsabilidade civil.

22. ATAQUE CIBERNÉTICO

Em 25 de dezembro de 2020, a Companhia bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Nesse contexto, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações de recursos especializados para as equipes. Como parte das ações, foram tomadas medidas para combater o acesso e eventual uso indevido dos dados, incluindo investigações e auditorias dos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, foi realizada auditoria e avaliação forense do ataque sofrido e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital social

Em fevereiro de 2021, o aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. Assim, o Capital Social da Companhia passa a ser de R\$274.867, representado por 274.867.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor Presidente

Alexandre Vidigal Pereira Pinto
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora CRC - MG 77.839

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Volta do Rio S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2020, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2021.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Central Eólica Volta do Rio S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Volta do Rio S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Claudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0